

Pesquisa revela que docentes querem acabar com contratos precários na USP

Pesquisa realizada pela Adusp nos meses de maio e junho indica que a maioria dos professores da USP, independente de titulação, deseja ver resolvida, em definitivo, a contratação dos precários. De um total de 3.200 sócios, 562 responderam ao questionário (17,56%). Pesquisas anteriores registram um retorno de 10%. Entre os que responderam a questão 10 do questionário, apenas 3,42% das respostas consideram que manter a atual situação dos precários é a melhor forma de tratar o problema. Isso significa 15 entre os 562 docentes que se propuseram a responder espontaneamente a pesquisa.

Ainda no item 10 do ques-

tionário, que aponta algumas soluções possíveis para o caso, as alternativas "contratar os não-efetivos pela CLT" e "perenização dos contratos precários" receberam a maior porcentagem de escolha: 39,73% para a celetização e 27,63% para a perenização. Os outros 29,22% dividem-se entre a realização do concurso e variações na forma de perenizar e celetizar. Estes números não indicam que a preferência recai na celetização porque a escolha depende da categoria. Os efetivos tenderam a escolher a celetização, enquanto os precários optaram pela perenização.

Tanto os que optaram pela CLT, quanto os que optaram pela perenização, adjetivaram

as respostas. A grande maioria considera que deve haver oportunidade de concurso; os anos anteriores ao concurso devem ser computados para efeito de FGTS e deve ser negociada a aposentadoria. Isso indica que, tanto CLT quanto perenização são também provisórios; deve haver concurso de ingresso.

Um dado preocupante, revelado pela pesquisa, diz respeito ao tempo de precariedade imposto aos docentes pela administração da universidade. De um total de 262 precários, 105 declararam estar nesta situação há mais de dez anos; 38 há mais de quinze anos e 16 há mais de 20 anos de trabalho. São profissionais que se

aproximam da aposentadoria e que podem ser demitidos sem qualquer direito trabalhista, universalmente aceito para os demais trabalhadores do país.

Ao contrário do que se poderia esperar, os precários não constituíram a maioria das respostas (46,62%). Esta maioria ficou a cargo dos professores efetivos (52,14%). O maior índice de respostas partiu da Escola Politécnica, com 10,14%; seguido da Medicina, com 7,65%. Divididos por faixa etária, registra-se uma preponderância de respostas daqueles que estão entre os 40 e 50 anos de idade (39,15%). A Adusp vai divulgar os resultados e análises finais da pesquisa.

Universidades sofrem derrota na LDO

Assembléia Legislativa aprovou, dia 30 de junho, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Além de não priorizar áreas sociais, como saúde e segurança, a LDO restringe as verbas das universidades, mesmo mantendo os 9,57% do ICMS já em vigor. Por 38 votos a favor e 29 contrários foi aprovada emenda que limita os recursos da USP, Unesp e Unicamp, em termos absolutos, ao valor real global efetivamente desembolsado em 1995, corrigido pelo índice que será utilizado pelo governo estadual para correção do orçamento do próximo ano, sendo que do valor excedente será destinado 25% para as universidades.

Na hipótese de os repasses totalizarem R\$ 957 milhões este ano e de haver um

crescimento de 10% na arrecadação do ICMS em 1996, as universidades receberão, de acordo com a emenda aprovada, R\$ 981 milhões. Se aplicada a LDO de 1995, as universidades teriam direito a um repasse de R\$ 1.052 bilhão, ou seja, uma diferença de R\$ 71 milhões. A fórmula encontrada pelo governo para repassar verbas para as universidades é, na verdade, de arrocho.

Os representantes do Fórum das Seis Entidades fizeram visitas aos deputados nas semanas que antecederam a votação, com o propósito de sensibilizá-los para a situação da USP, Unicamp e Unesp. Dos três reitores, apenas Arthur Roquete de Macedo (Unesp) empenhou-se junto ao legislativo para



Daniel R. Costa

impedir que as verbas das universidades fossem restringidas. Na madrugada da votação, diretores e ex-diretores da Adusp e outras entidades do Fórum estiveram no plenário da Assembléia Legislativa (foto), tentando convencer os deputados a votar em emendas que garantiam sobrevivência às universidades. Apesar do trabalho desenvolvido, emendas que elevavam o índice de 9,57% para 10 e 11% sequer foram apreciadas.

Conheça a votação

Contra – Afanásio Jazadji, Aloísio Vieira, Sílvio Martini, Campos Machado, Cândido Galvão, Carlos A. Bel, Carlos Messas, Clóvis Volpi, Drausio Barreto, Sidney Beraldo, Edmir Chedid, Edson Ferrarini, Estezam de Oliveira, Gilberto Kassab, Rito Junqueira, Israel Zekeer, José Carlos Tardelli, José Carlos Vaz de Lima, José Crespo, Jamil Abe, Leo Oliveira, Wanderlei Maeris, Maria do C. Pinuti, Maria C. Passarelli, Mauro Bragato, Miguel Haddad, Milton Lautenschlager, Mizaél Margato, Nabil Chedid, Nelson Fernandes, Paulo Julião, Paulo Kobayashi, Renato Amary, Roque Barbicieri, Sidney Cinti, Toninho da Pamonha, Waldir Cartola e Walter Feldman.

A favor – Alberto Calvo, Beatriz Pardi, Célia Artacho, Cesar Callegari, Dina Ramalho, Djalma Bom, Elói Pietá, Elza Tomk, José Baccarin, Gilson Menezes, Jamil Murad, Jayme Gímenes, José Tomim, José Picatto, Lobbe Neto, Luís da Silva, Paulo Teixeira, Maria Prandi, Mariângela Duarte, Milton Monti, Nivaldo Santana, Paschoal Tomeu, Pedro Dallari, Renato Simões, Roberto Gouveia, Rosmary Corrêa, Rui Falcão, Vitor Sapienza e Wagner Lino.

Rádios livres e comunitárias

Ronaldinho Enrie



Cerca de 400 pessoas participaram do Encontro de rádios livres

Reunidos no I Encontro de Rádios Livres e Comunitárias do Estado de São Paulo, 220 representantes de 159 emissoras integrantes do Fórum Democracia na Comunicação, mais duas centenas de técnicos e representantes da sociedade, estudaram na primeira semana de junho os aspectos éticos, legais, econômicos e técnicos da radiodifusão comunitária. O presidente da Adusp, Otaviana

no Helene, participou da abertura do encontro, que contou ainda com a presença do professor de Ética e Legislação do Jornalismo, da ECA, José Carlos Rocha; do deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores, Rui Falcão, e da assessora especial do ministério das Comunicações, Irma Passoni.

O I Encontro deliberou apresentar às autoridades do ministério das Comunicações a reivindicação básica de que todas as emissoras não-autorizadas existentes no país recebam um título provisório de funcionamento até a regulamentação oficialmente programada, sendo o mesmo título conferido às emissoras que se instalarem até a regulamentação. Irma Passoni afirmou que o ministério das Comunicações irá apresentar proposta de regulamentação da radiodifusão comunitária.

Durante o I Encontro foram debatidas e apresentadas propostas para a organização das rádios livres e comunitárias, definição de elementos para o código de ética e a criação do fundo municipal de industrialização da obra cultural regional, a ser usado pelas emissoras para financiamento das atividades de industrialização de obras artísticas e culturais a serem veiculadas nos meios de comunicação em geral.

Adusp

Diretoria:

Marco A. Brinati, Osvaldo Coggiola, Jair Borin, Heloisa D. Borsari, Valéria De Marco, Primavera Borelli, Roberto M. Yanaguita, José Nivaldo Garcia, Antonio César Fagundes, José Marcelino Rezende Pinto, Ozáride Manzulli Neto.

Editor:

Marcos Luiz Crippa-vid
Projeto Gráfico:
Argem Gudoy
Produção Gráfica:
Marta Cristina Walligora e
Luís Ricardo Câmara

Revisão:

Raquel La Corte

Secretaria:

Rogério Yamamoto
Alexandra Carrillo

Distribuição:

Marcelo Chaves
Walter dos Anjos

Tiragem: 6.500 exemplares

Periodicidade: mensal

Filmes: Paper Express

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano
Gualberto, trav. J, nº 374

Cid. Universitária - São Paulo - SP
CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573

Fax: (011) 814-9321

Dois Pontos

Privilégios

Na mesma semana em que a Ford do Brasil liberava parte dos seus operários da obrigatoriedade de marcar ponto de trabalho, a CCS (Coordenadoria de Comunicação Social da USP) instalava um sistema de cartão magnético para controlar os funcionários lotados naquela unidade. Não bastasse essa decisão, a CCS adotou, recentemente, o uso de elevador exclusivo para os chefes dos órgãos instalados no edifício da Antiga Reitoria. Enquanto isso, funcionários, alunos e usuários, estimados em 1.500/dia, são obrigados a dividir dois ultrapassados elevadores instalados há mais de trinta anos. Ainda não satisfeito, o coordenador da CCS mandou derrubar quatro árvores frutíferas do pátio interno para aumentar a área de estacionamento exclusivo dos mesmos chefes já privilegiados com o elevador.

Rússia

Anatoly Matvienko, sindicalista na Bielorrússia estará na USP, Anfiteatro de História, dia 11 de agosto (19h30) para debater a situação social na Rússia e as perspectivas dos trabalhadores.

Impunidade

Há exatamente um ano, José Luiz Sundermann e Rosa Hernandez foram assassinados na cidade de São Carlos. A mesma justiça, que não mede esforços e age com rapidez quando se trata de julgar abusivas as justas greves de trabalhadores, fecha os olhos quando se trata de apurar e punir os assassinos de trabalhadores e dirigentes sindicais. Para exigir a completa apuração desses assassinatos, cerca de 150 pessoas participaram, dia 12 de junho, de um ato em frente à reitoria da universidade federal de São Carlos.

Bunker

A onda do cartão magnético também afetou a reitoria. A diferença das outras unidades da USP é que a porta de acesso só se abre para a entrada, ou saída, de uma pessoa por vez. Mais simples e civilizado implantar o sistema de catracas. Evidentemente que a catraca não isolaria o reitor, o que é facilitado pelo sistema implantado.

Internet

O processo de avaliação baseado na quantidade de papers publicados ou citações está ganhando ares de gozação. Está circulando pelo mundo, via a seção de piadas da Internet, um texto destinado aos cientistas. A mensagem propõe a formação de uma pirâmide que garanta 10.000 (mil) citações ao final de um ano. A exemplo das pirâmides financeiras, que prometem riqueza num curto prazo, a pirâmide de citações promete o reconhecimento científico.

Censura

Luiz Inácio falou, Luiz Inácio avisou/ São 300 picaretas com anel de doutor/ Eles ficaram ofendidos com a afirmação/ Que reflete na verdade o sentimento da nação/ (...)

De exemplo em exemplo aprendemos a lição/ Ladrão que ajuda ladrão ainda recebe concessão/ De rádio FM e de televisão.

Da letra do rock "Luiz Inácio (300 picaretas)", de Herbert Viana - Paralamas do Sucesso -, proibida de ser executada em Brasília pela Justiça Federal.



Empossada nova diretoria na Adusp

Daniel R. Garcia

Eleita em maio, tomou posse no dia 22 deste mês para um mandato de dois anos, a nova diretoria da Adusp. Realizada nos dias 29, 30 e 31 de maio, a eleição levou 1.112 professores às urnas (cerca de 35% do total de associados). A Chapa Participação, única inscrita, obteve 1.019 votos. O mapa da apuração aponta, ainda, 73 votos em branco e 20 nulos.

A solenidade de posse aconteceu no anfiteatro da Geografia e contou com a presença de professores, alunos e representantes da Adusp, Adufscar e do Sintusp. O deputado federal Ivan Valente (PT/SP) também esteve presente à solenidade. A nova diretoria da Adusp é composta por Marco Antonio Brinati, presidente; Osvaldo Coggiola, 1º vice-presidente; Jair Borin, 2º vice-presidente; Heloísa Daruiz Borsari, 1ª secretária; Valéria de Marco, 2ª secretária; Primavera Borelli, 1ª tesoureira; Roberto Mitio Yanaguita, 2º tesoureiro; José Nivaldo Garcia, regional Piracicaba; Antônio César Pagundes, regional Pirassununga, José Marcelino de Rezende Filho, regional Ribeirão Preto e Ozírde Manzoli Neto, regional São Carlos.

Otaviano Helene, presidente da entidade nos últimos dois anos, fez um balanço de sua gestão e ressaltou a importância da Adusp no debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na participação no Fórum das Seis Entidades representativas dos docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp e nas lutas em defesa da escola pública.

O novo presidente da Adusp, Marco Brinati, em seu discurso de posse afirmou que dará continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido na entidade nos últimos oito anos e destacou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o processo interno de avaliação, os contratos precários e a reformulação do estatuto da USP como pontos relevantes de atuação da diretoria recém-empossada.



Parte da nova diretoria que assumiu a Adusp para um mandato de dois anos. No destaque, assembleia da posse, realizada no Anfiteatro da Geografia.



Resultado das Eleições da Adusp para o Biênio 95/97

Abaixo, os eleitos para titular (t) e suplente (s) ao Conselho de Representantes e, na tabela ao lado, o resultado da votação para a diretoria:

Escola de Enfermagem: Ida M. Viana de Oliveira(t) e Rubia A. Lacerda(s); **Escola de Enfermagem Ribeirão Preto:** Namie O. Sawa-da(t) e Cristina M. Galvão(s); **Escola de Engenharia de São Carlos:** Paulo C.L. Segantine(t) e Nabil Bonduki(s); **Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz:** Marcos Sorrentino(t) e Tomaz C.C. Ripoli(s); **Faculdade de Ciências Farmacêuticas:** Adelaide J. Vaz(t) e Ovandir A. Silva(s); **Faculdade de Educação:** Maria Lúcia Hildorf(t) e Carmen S.V. Moraes(s); **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto:** Regina Helena L. Caldana(t) e José Roberto Drugowich de Felício(s); **Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto:** Valdir A. Muglia(t) e Luiz A. Salata(s); **Faculdade de Saúde Pública:** Gláur R. Matté(t); **Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos:** Evaldo A.L. Tito(t) e Marcelo M.L.O. Ribeiro(s); **Instituto de Ciências Biomédicas:** Edison Luiz Durigon(t) e Dolores U. Mehnert(s); **Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos:** Marcos N. Arenales(t) e Antonio Castelo Filho(s); **Instituto de Matemática e Estatística:** Regina M. de Aquino(s); **Instituto Oceanográfico:** Thais N. Corbisier(t) e Lucy S.H. Soares(s); **Instituto de Psicologia:** José Moura G. Filho(t) e Maria Luíza S. Schmid(s); **Instituto de Química de São Carlos:** Maria Olímpia de O. Rezende(t) e Pedro Berei Filho(s); **Museu de Arte Contemporânea:** Elvira Ver-naschi(t) e Maria Cristina M. Freire(s).

	Participação	Branco	Nulos	Total
Sede	0	0	0	0
ECA	29	4	0	33
Ed. Física	16	0	0	16
Enfermagem	58	3	0	61
Polí	67	3	1	71
FAU	35	3	0	38
Direito	0	0	0	0
FEA	5	0	1	6
Educação	41	2	1	44
Farmácia	34	5	2	41
FFLCH	133	7	4	144
Medicina	25	1	0	26
Odonto	0	0	0	0
Saúde Pública	43	3	2	48
Veterinária	7	0	0	7
HU	0	0	0	0
IAG	10	1	2	13
Biociências	26	4	1	31
ICB	27	0	0	27
IEB	0	0	0	0
Física	29	2	0	31
Geociências	34	3	0	37
Psico	35	0	0	35
IO	19	0	0	19
Química	0	0	0	0
MAE	2	0	0	2
MAC	1	0	0	1
M. Zoologia	4	0	0	4
M. Paulista	1	0	0	1
IME	58	13	1	72
EERP	38	0	1	39
EESC	37	3	2	42
FCFRP	21	3	0	24
FFCLRP	25	0	0	25
FMRP	40	3	1	44
FOB	15	0	0	15
FZEA	25	0	0	25
FORP	12	1	0	13
ICMSC	16	1	0	17
ESALQ	50	8	1	59
IQSC	1	0	0	1
Total	1019	73	20	1112

A prática do PSDB no setor elétrico

Mudam as moscas

"Pelo menos 17 nomeações, distribuídas por 6 ministérios, publicadas no Diário Oficial na última semana, mostram que teve início o loteamento de cargos federais entre os partidos aliados ao governo. O início da distribuição dos cargos de segundo e terceiro escalões coincidiu com a votação da emenda constitucional que derrubou o monopólio do petróleo".

Folha de S. Paulo 13 de junho

Efeito real

"Fábricas de eletrodomésticos e bicicletas começaram a reduzir a produção. Até o final de julho, pelo menos 4.000 operários terão férias coletivas. Outras empresas optaram pela licença remunerada e pela interrupção de linhas de produção. O objetivo é reduzir estoque que foi acumulado pela queda das vendas a partir da segunda quinzena de maio".

Folha de S. Paulo 21 de junho

Efeito real II

"Depois de elevar a produção e as vendas, o Plano Real aparentemente mudou de rota. Agora, as taxas de juros elevadas - as maiores do mundo - levam dificuldades às empresas e as obrigam a demitir e até a fechar suas portas. O número de pedidos de concordata, por exemplo, aumentou 411% em maio sobre o mesmo mês de 1994".

Jornal do Brasil 21 de junho

Desemprego

O nível de emprego voltou a cair entre 12 e 17 de junho, apurou a FIESP. É a sexta semana consecutiva com mais demissões que contratações. Houve redução de 0,04% no contingente de mão-de-obra em relação ao período anterior - dispensa de 949 trabalhadores".

O Estado de S. Paulo 27 de junho

Desde o governo de Itamar Franco a coordenação do Programa de Privatizações (PND) vem sendo executada por quadros do PSDB, envolvendo inicialmente o ministério da Fazenda e o BNDES, e posteriormente o ministério do Planejamento, comandado pelo tucano José Serra.

Ao contrário do que sempre discursou, o então ministro e atual presidente Fernando Henrique Cardoso, o processo de privatização do setor elétrico brasileiro vem sendo conduzido apodadamente e sem discussão "ampla e transparente", levantando dúvidas sobre a legalidade, lisura e objetivos a serem alcançados.

Desde 1993 estamos tentando conseguir informações sobre o processo de privatização da ESCELSA (Espírito Santo Centrais Elétricas) e da LIGHT, sem obter sucesso. Uma carta enviada pelo diretor da Escola Politécnica da USP ao Dr. Pérsio Arida, então presidente do BNDES, em julho de 1994 solicitando informações, sequer foi respondida.

Posteriormente, enviamos carta ao presidente Itamar Franco e também não obtivemos respostas. Em contrapartida, o processo de privatização da ESCELSA foi suspenso porque havia "indícios de irregularidades", segundo o próprio presidente.

Agora, o BNDES publica o edital (nº PND 01/95) de alienação das ações da ESCELSA 11 dias antes da opção de compra dos empregados, numa clara demonstração de apodamento e indisposição ao debate.

De acordo com dados dos relatórios da Eletrobrás e do

edital sobre a empresa, e considerando ainda a metodologia utilizada (Valor Presente do Fluxo de Caixa Projetado) para definir o valor de venda das ações, podemos afirmar que a empresa valeria aproximadamente o dobro do valor estabelecido para a venda, se o governo autorizasse o repasse para as tarifas da defasagem existente de 30% (reconhecida pelo DNAEE). Ao adiar o reajuste das tarifas, o governo subavaliou a empresa em cerca de US\$ 500 milhões, tornan-

do a privatização uma irregularidade. O consórcio da UHE de Itá foi anulado por orientação do Tribunal de Contas e o consórcio da UHE de Igarapava foi homologado pelo governo sem o cumprimento da exigência constitucional da licitação.

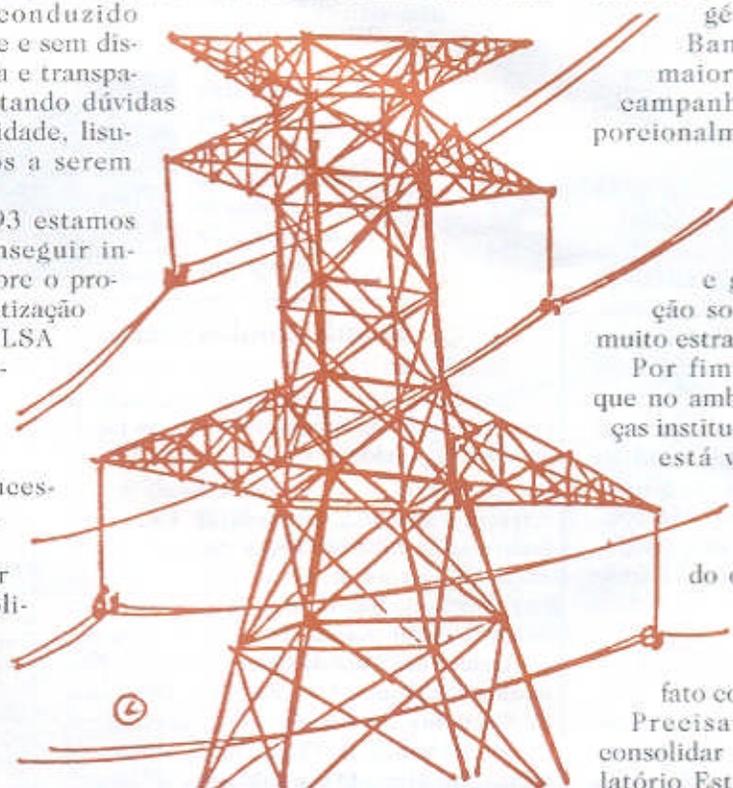
O consórcio da UHE de Serra da Mesa é o mais interessante exemplo de privatização: a obra será financiada com dinheiro público (BNDES), que será complementado com pré-venda de energia elétrica. O consórcio liderado pela Nacional Energética (empresa do Banco Nacional; maior contribuição à campanha de FHC, proporcionalmente ao capital da empresa) não colocará um centavo de "capital privado" e ganhou a licitação sob circunstâncias muito estranhas.

Por fim, cabe destacar que no ambiente de mudanças institucionais que o país está vivendo não são aceitáveis privatizações a toque de caixa, adotando o instrumento da Medida Provisória para legalizar absurdos e criar fato consumado.

Precisamos debater e consolidar um Marco Regulatório Estável, com regras claras e condizentes com as características do sistema elétrico brasileiro; estabelecer uma política tarifária justa; definir o papel dos diversos atores e, principalmente, construir um órgão regulador independente e descentralizado (o DNAEE tem apenas 36 funcionários próprios).

É ridículo, insustentável e imoral o que o PSDB e seus aliados estão fazendo com o Setor Elétrico Brasileiro. A sociedade tem que reagir. O Congresso Nacional tem que ter a responsabilidade com o patrimônio público.

James Correia é pesquisador da Poli/USP e diretor do Centro de Estudos de Energia e Meio Ambiente.



do a privatização um excelente negócio.

Isso demonstra que a diferença entre as tarifas que serão praticadas e as tarifas que foram projetadas no fluxo de caixa é ponto central do processo. Como a definição das tarifas dependem da política tarifária e da regulamentação do setor, inexistentes, estão abertas as portas para as negociatas com os potenciais investidores que já começaram a exigir mudanças no edital.

Hidrelétricas - Todos os três consórcios de hidrelétricas, apressados pelo governo para cumprir compromissos de campanha, estão permeados de irregu-

Desafios do sistema de representações

Alguns elementos de reflexão estarão sendo colocados neste artigo para que possamos debater os dilemas que envolvem os vários sistemas de representação no mundo moderno. Se o sentido da democracia implica na participação coletiva dos sujeitos que escolhem seus representantes para, no estado de direito, defender as posições que consideram adequadas na solução dos conflitos a serem equacionados pela vontade da maioria, é claro que essa entrega supõe algum nível de perda. De um lado, ao acordar com um programa, com um projeto, ou mesmo com um sentido mais amplo no tratamento das questões que envolvem as esferas públicas, estamos saindo do nível do privado, do sentido minucioso do problema, para o âmbito do social, do coletivo, portanto da entrega de nossa vontade ao consenso de várias alteridades, desconhecidas e distintas dos valores específicos que defendemos.

Norberto Bobbio afirma que o sentido do moderno é também o sentido de perdas parciais, suportáveis, que no campo da política permite a existência do Estado. Esse sentido define-se em concomitância com o do direito, base da existência do próprio Estado.

Como esses valores e procedimentos persistem no Estado Mundializado, e em sociedades cada vez mais integradas por processos de globalização é o objetivo que perseguimos nesta reflexão, uma vez que da polis para a megalópolis muitas águas rolaram, e novos problemas passaram a ser incorporados nas relações entre representantes e representados. Mais ainda, porque na polis as insatisfações da entrega da vontade individual promoviam a catarse coletiva, no teatro realizado em arenas públicas, quer pela tragédia ou mesmo pela comédia, ainda hoje referida para a reflexão sobre a tirania e a democracia em confronto

com os cidadãos e suas idiosincrasias. Na megalópolis, o isolamento provocado pela televisão impede o debate e define verdades estanques e absolutas formando homens enrijecidos em certezas pessoais, intolerâncias e ceticismos, muitas vezes em oposição e mesmo em contradição com o sistema de representações.

Entretanto, a forma de representação é defendida como a essência da democracia, mesmo que entre representantes e representados não se estabeleça nenhum vaso comunicante, e o representante não tenha qualquer



visibilidade pública que permita aos representados o reconhecimento de afinidades, concordâncias e aproximações. Mais ainda, há por parte de muitos representantes a recusa de receber mandatos imperativos que definam a priori que sua vontade tem que estar submetida a decisões referenciadas em fóruns coletivos.

De certo modo, pode-se compreender as razões dessa recusa, uma vez que a medida da legitimidade dos coletivos também está sendo fortemente questionada. Resta então algumas incongruências a serem destacadas.

O sindicalismo brasileiro se constituiu pela ação articulada de socialistas e anarco-

sindicalistas que se deslocaram para o Brasil, no final do século XIX, oriundos de países como a Espanha, a Itália e Portugal, encontrando uma sociedade escravista, onde suas elites atuavam de forma discriminatória contra os trabalhadores, desprezando-os e agindo contra as "gentes de ofícios" com violência e desrespeito. Esse sentido ainda é claramente revelado na prática social, especialmente porque o mundo do direito ainda não alcançou as classes trabalhadoras efetivamente. Contraditoriamente, as elites, que dominam as posições de mando e poder no país, atualmente

afirmam a necessidade da livre negociação dos trabalhadores na luta pela valorização dos salários.

Esse quadro de desigualdades formou dois movimentos distintos que ainda hoje matizam as lutas sindicais: os defensores da autonomia das lutas sindicais, uma vez que elas deveriam ser ao mesmo tempo organizadoras dos trabalhadores e críticas do sistema de representações sociais sobre o trabalho, a riqueza, a competência, o poder e o Estado; e os defensores da tutela do Estado sobre os trabalhadores, por serem eles incapazes de enfrentar as elites e o próprio Estado que passou a

atuar como Pai Patrão.

Essa extrema ambigüidade acabou por gerar uma série de esquizofrenias nas relações entre a sociedade e o estado, portanto entre o sistema de representações. Decorre desse quadro histórico, tratado aqui com superficialidade, os problemas enfrentados no equacionamento dos conflitos entre capital e trabalho em sentido lato.

Apregoa-se a crise no sistema de representações, especialmente devido ao sentido inconstante dos participantes nos fóruns de definição das lutas coletivas. As relações entre as direções e as bases deveriam ser mais articuladas e constantes, decorrendo desse fato a fragilidade dos sindicatos. Deve-se, entretanto, agregar a esse indício outros elementos significativos para a análise: A separação cada vez mais radical entre o sentido do trabalho e o sentido das outras dimensões do vivido tem produzido um desencantamento naqueles que ainda se interessam pelo engajamento nas lutas pela construção da cidadania. Na Universidade esse problema é ainda mais sensível. Muitos abandonaram as lutas sindicais, por discordarem de sua existência. Não se reconhecem como trabalhadores ou discordam da existência da organização sindical no enfrentamento das questões que envolvem verbas, salário, previdência etc. Outros, afastaram-se dela por optarem por tarefas ligadas ao nível institucional e à democratização das instituições e do sistema. Nos dois sentidos, os fóruns coletivos de debates e deliberações perderam a importância. Essas atitudes têm sido problemáticas no encaminhamento das lutas em defesa de direitos, da cidadania, que ainda não se deu de modo pleno na universidade e no país.

Zilda Márcia Gricoli Iokoi é professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e ex-vice-presidente da Adusp-S.Sind.

Conad reafirma disposição de luta contra o neoliberalismo

O 30º Conad (Conselho Nacional das Associações Docentes), reunido em São Luís, no Maranhão, no início deste mês, decidiu intensificar a inserção da Andes no movimento sindical nacional, liderado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), visando a construção de um Projeto Democrático e Popular que ofereça condições dignas de vida ao povo brasileiro. O encontro reuniu 59 associações docentes (49 delegados e 69 observadores). A Adusp esteve representada por Francisco Miraglia e Osvaldo Coggiola.

Os docentes das Instituições de Ensino Superior reforçaram a disposição de luta em defesa da educação, do serviço público, da democracia e da cidadania. No campo específico da educação, defendem a rejeição do substitutivo Darcy Ribeiro/MEC e se opõem à ideia de emendá-lo, de forma a

resgatar a luta pela aprovação da LDB que representa o resultado de longo e abrangente processo de discussão com a sociedade, expressa na forma do substitutivo Cid Sabóia.

Segundo a Carta de São Luís, documento distribuído ao final na reunião, o projeto de sociedade que o governo FHC tenta implementar, cada vez mais evidencia a sua face de excludência. Ainda segundo o texto, à medida que força a redução do papel do Estado, dilapida o patrimônio público via privatizações e implode as políticas sociais, cada vez mais é vedado o acesso às condições básicas da cidadania, traduzidas no direito à educação, à saúde, à previdência social e, até mesmo, à própria vida.

O Conad decidiu, também, que o próximo Congresso da Andes será realizado na cidade de Santa Maria (RS).

Universidade em jogo

Cumprimento a Adusp pela publicação do caderno "Em Defesa da Previdência Social Solidária". O material contém sólidos argumentos em defesa do atual sistema e ao mesmo tempo analisa os fatores que, em parte, dificultam a sua viabilização conforme preceitua a nossa Constituição.

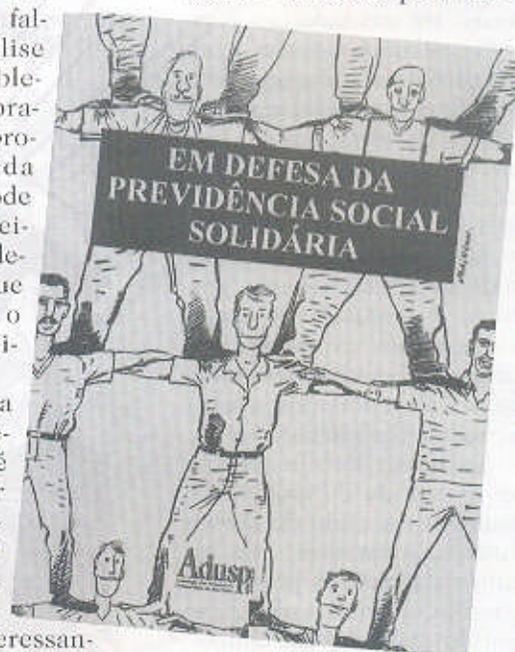
Entretanto sou de opinião que, faltando uma análise interna do problema e os desdobramentos que a proposta divulgada pelo governo pode desencadear, deixou-se de considerar o impacto que ela terá sobre o trabalho na Universidade.

A previdência privada (complementar) já é praticada por algumas instituições e o foi por outras que "desapareceram". Seria interessante apresentar dados sobre o custo desse tipo de previdência, a relação entre estes e o tempo de contribuição bem como o ônus dessa contribuição sobre os salários dos professores.

A médio/longo prazo a carreira universitária (que já não apresenta atrativos para importantes segmentos acadêmicos) poderá se inviabilizar ou ser reduzida a complemento de outras atividades profissionais privadas. O RDIDP corre riscos e poderá sofrer um retrocesso se o modelo proposto for adotado.

Aposentar-se após 30 anos de serviço com o teto de dez salários mínimos (hoje R\$ 1.000)? Contribuir com a previdência privada complementar? Quanto representaria de ônus sobre

o hoje defasado salário da carreira docente? Quem garante que a previdência privada não "quebrará", deixando ao desamparo aqueles que durante anos para ela contribuíram? O governo garantirá a cobertura de uma eventual situação de "quebra" desse sistema? Por que não a alternativa de uma previdência complementar bancada pelo siste-



ma público? E os futuros candidatos à carreira docente? Qual o (des) estímulo que a adoção do sistema proposto poderá desencadear sobre eles?

São questões que necessitam uma reflexão e que não podem deixar de serem postas à mesa de discussões antes que o fato seja consumado.

Ao contrário daquilo que muitos avaliam, não se trata apenas de fazer valer ou assegurar direitos adquiridos daqueles que já contam com tempo para aposentadoria. Os novos e futuros docentes e funcionários correm riscos maiores do que o desses docentes. Por extensão o futuro da universidade está em jogo.

José Roberto Tamburus é professor associado da FORP/USP

Resumo do Relatório da Tesouraria

Maio de 1995

Saldo de Abril: R\$ 382.010,07

1. Receitas	
1.1. Contribuição Sócios	R\$64.295,56
1.2. Prestação Serviços	R\$ 475,00
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$18.309,28
1.4. Outros	R\$ 4.691,75

Disponível R\$ 469.781,66

2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$31.497,02
2.2. Repasse à ANDES-SN	R\$12.915,37
2.3. Diretorias Regionais	R\$ 1.000,00
2.4. Manutenção da Sede	R\$ 7.520,99
2.5. Comunicação	R\$17.028,48
2.6. Eventos	R\$ 1.226,05
2.7. Outros	R\$ 3.342,00

Total Despesas R\$ 74.529,91

Saldo de Maio R\$ 395.251,75

3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$311.531,00
3.2. Poupança	R\$ 78.974,59
3.3. Conta Corrente	R\$ 4.405,62
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 340,54

Total do Ativo Financeiro R\$ 395.251,75

O relatório circunstanciado encontra-se à disposição com o representante da unidade e na Adusp.

Reitoria pode rever demissão de professora morta durante a repressão militar

Seqüestrada, torturada e morta durante o regime militar, Ana Rosa Kucinski foi afastada da USP sob alegação de abandono de trabalho.

O professor da ECA e jornalista Bernardo Kucinski entregou, dia 9 de julho, petição ao reitor da USP, Flávio Fava de Moraes (foto), requerendo a anulação do ato assinado pelo então reitor, Orlando Marques de Paiva (1975), que demitiu sua irmã, Ana Rosa Kucinski, por suposto abandono do cargo de professora do Instituto de Química. Ana Rosa e seu marido Wilson Silva foram seqüestrados, torturados e mortos durante a ditadura militar e ainda hoje ela é considerada pela Universidade de São Paulo uma docente que abandonou o trabalho. Ana Rosa desapareceu no dia 22 de abril de 1974 e seu nome faz parte da lista do Comitê Brasileiro pela Anistia ao lado de outros ativistas políticos que também desapareceram nos subterrâneos da repressão. Ao ato de entrega da petição estiveram presentes o jornalista Ivan Seixas, representante da Comissão de Familiares de Presos Políticos Mortos e Desaparecidos durante a ditadura militar, e Otaviano Helene, ex-presidente da Adusp.

Flávio Fava de Moraes afirmou que a universidade tem grande interesse em analisar esta questão e resolver o problema. Ele disse que vai dar seqüência à petição e mostrou-se favorável em acatar de forma positiva a solicitação da família Kucinski. O jornalista Ivan Seixas ressaltou, no entanto, que a reitoria da USP deve estar atenta ao fato de não se tratar apenas de um assunto jurídico, mas de uma ação política. Para o ex-presidente da Adusp, é imperativo que a USP faça um 'mea culpa' no caso Ana

Rosa Kucinski e reconheça que errou. "A universidade deve reabilitar jurídica, política e moralmente a professora Ana Rosa", disse Otaviano Helene.

Em entrevista após o encontro com o reitor da USP, Bernardo Kucinski lamentou o fato de não ter surgido na USP, na ocasião do desaparecimento de sua irmã, uma reação que poderia ter sustado as ações que a ditadura implantara em todo o país — prisões, torturas e assassinatos. "Isso veio acontecer somente no ano seguinte, em 1975, quando do assassinato do jornalista e professor da USP Vladimir Herzog. Uma eventual reação dentro da USP poderia ter mudado o rumo da história e, possivelmente, evitado não só a morte da minha irmã e do meu cunhado, mas o assassinato de outras pessoas, inclusive a morte do próprio Vladimir", disse Bernardo.

Resgatar a história - Em abril de 94, quando o golpe militar completou 30 anos, Bernardo Kucinski concedeu entrevista ao Jornal Adusp, na qual afirmava que o afastamento de sua irmã por abandono de emprego era algo que ele ainda iria cobrar da USP. Desde a publicação da entrevista, a Adusp, através de sua ex-vice-presidente, Zilda Iokoi, fez gestões no sentido de conseguir a cópia da ata da Congregação do Instituto de Química e do processo que resultou na demissão de Ana Rosa Kucinski. No início deste ano os documentos foram entregues à Entidade e possibilitaram completar o dossiê sobre a professora Ana Rosa.

Esta, no entanto, não foi a primeira vez que a Adusp se posicionou diante dos atos cometidos na USP durante o período militar. Em 1978, na gestão do professor Modesto Carvalhosa, a entidade publicou *O Livro Negro da USP - O Controle Ideológico na Universidade*,



Escalho/Lattes

relatando as cassações e punições impostas a professores e funcionários naquele período. O livro comprova que durante todo o processo de repressão certos setores da universidade aliaram-se aos militares e transformaram-se nos alçozes dos seqüidos na USP.

No início deste ano, com o propósito de resgatar a memória do jornalista e professor da USP, Vladimir Herzog, a Adusp propôs à reito-

ria mudar o nome da rua Travessa J (da antiga reitoria). Burocraticamente a reitoria respondeu que resolução do Conselho Universitário, de 23/07/69, determina que os nomes das ruas e avenidas da Cidade Universitária devem homenagear reitores já falecidos. A diretoria da Adusp entende que homenagear reitores não deveria implicar em excluir nomes de pessoas que lutaram pela redemocratização do país.

Esperança...

"Numa manhã de trabalho habitual, Ana Rosa não apareceu. Procurada não a encontramos. Continuava não aparecendo, continuávamos a procurá-la e não a encontrávamos. Nada mais normal que comunicar o fato às autoridades e aguardar a versão oficial. Daqui para frente fica difícil continuar a história. Não houve versão oficial que nos deixasse tranquilos, muito pelo contrário, ficamos mais intranquilos ainda. Ana Rosa continua desaparecida. Quem sabe um dia, pelo menos seu corpo aparece para a última homenagem dos seus pais, irmãos e amigos".

Da introdução da dissertação de mestrado de Engles A. Finotti, apresentada ao IF da USP, em 1979.



Nota: Passados 21 anos do desaparecimento e 16 da defesa de tese de Engles Finotti, o corpo de Ana Rosa Kucinski continua desaparecido. E ela ainda é considerada pela administração de USP uma professora que abandonou o emprego. Lamentavelmente o texto de Engles Finotti continua atualizado.

CO ainda não apreciou recontração de professora

Conforme noticiado no Informativo Adusp nº 9, a professora Marina P. Nóbrega teve seu contrato não renovado pelo departamento de Biologia do Instituto de Biociências em dezembro de 1994. As razões alegadas, de natureza não acadêmicas, repercutiram negativamente na universidade. Manifestações de alunos, colegas e pesquisadores (inclusive de fora da USP), foram todas no sentido de reverter a demissão injustificada e recuperar os critérios profissionais que devem reger as relações universitárias.

Muito embora encaminhado há mais de seis meses, o pedido de reconsideração (em grau de recurso) ainda não foi avaliado. Além disso, a solicitação de conselheiros para inclusão dessa discussão na pauta do Conselho Universitário (CO) e o pedido da professora Marina de reinclusão na folha de pagamento não foram ainda atendidos.

Apesar de estar fora da folha da Universidade desde março/95, a professora Marina continua desenvolvendo suas atividades normais. Em Junho viajou ao exterior, com o auxílio da Fapesp, para apresentar trabalho em congresso internacional e visitar vários laboratórios em Portugal e na Espanha.

Após idas e vindas ao Instituto de Biociências, o processo está agora na Comissão de Legislação e Recursos (CLR), onde deverão ser analisados seus aspectos formais, passo preliminar para deliberação pelo CO. É importante observar que, muito embora o processo ainda esteja sub judice, o Instituto de Biociências já decidiu colocar a vaga da Professora Marina em concurso.

É essencial que a Universidade consiga deliberar este caso exclusivamente com base no mérito acadêmico. Qualquer outro procedimento irá marcar, indelével e negativamente, a vida da Universidade de São Paulo.

Erasmio Mendes é homenageado

O Departamento de Fisiologia do IB comemorou no dia 29 de maio os 80 anos do professor Erasmio Garcia Mendes. Durante a solenidade as manifestações ressaltaram os vários aspectos de sua contribuição à USP, destacando sua integridade pessoal, seu senso de justiça, sua visão, além de sua competência como cientista e formador de pesquisadores e docentes.

Erasmio Garcia Mendes é um dos fundadores da Adusp e sua integridade e coragem estão cabalmente expressas na sua atuação durante uma reunião do Conselho Universitário de 1965. Naquela ocasião ele e o professor Walter Colli foram os únicos que discordaram da repressão intelectual instaurada na USP nos anos da ditadura ao vota-

rem contra moção da Faculdade de Direito em defesa do professor Paulo Duarte. Hoje a USP vive momentos difíceis que são reflexo da submissão e omissão a que estão submetidos professores e funcionários.

Em 1994, aos 79 anos, o Prof. Erasmio Mendes, por ocasião da negociação de data-base com o Cruesp, participou ativamente da assembléia no Instituto de Biociências discutindo a atual condição de vida dos docentes e funcionários da USP.

A instituição está fragilizada quando 40% de seu corpo docente estão submetidos a contratos precários que, além de inconstitucionais, se constituem no instrumento moderno de submissão e restrição à diversidade de pensamento e opinião.

Fórum inicia processo de avaliação do movimento

Mário Camargo/ST

Apesar de trabalharmos numa universidade que registra 40% de docentes contratados de forma precária, constantes cortes no tempo integral, demissões sumárias, sobrecarga didática, bloqueio de clareos e com mais de 800 pessoas subcontratadas com salários de R\$ 94, não fomos capazes, este ano, de pressionar o Cruesp a atender nossas reivindicações de data base. Para evitar o confronto com os sindicatos ligados ao Fórum das Seis, o Cruesp abandonou as negociações, logo após o início do debate da pauta, e nem mesmo as manifestações realizadas nas reitorias da Unicamp (foto) e da USP, além da greve dos funcionários da USP e da Unicamp, foram suficientes para a retomada das negociações.

Os reitores das três universidades estaduais paulistas romperam acordos anteriores e eliminaram a política de recuperação salarial.



Foram mais além e adotaram a postura de responder a pauta de reivindicações via fax, evitando a reunião formal. Esta é a posição típica de quem não tem argumentos de negociação. O Fórum, por sua vez, preparou-se para a negociação e apresentou, nas duas primeiras reuniões, as planilhas e os dados mostrando a justiça da reivindicação salarial variando entre 38 e 56%.

Por termos absoluta clareza da justiça das reivindicações, continuaremos a lutar pela recuperação salarial de docentes e funcionários e a recuperação do papel da universidade pública no estado de São Paulo. Em agosto o Fórum estará distribuindo documento com a avaliação do movimento.

Adusp reúne-se com o presidente da Cert

O atual e o ex-presidente da Adusp, respectivamente Marco Brinati e Otaviano Helene, estiveram reunidos no dia 4 de julho com o presidente da Cert, Rogério Meneghini, para tratar de assuntos relacionados à avaliação departamental. Os representantes da Adusp cobraram do presidente da Cert resposta a um ofício encaminhado em abril deste ano solicitando informações sobre o número de contratos precários cuja renovação foi negada pela unidade ou pela própria Cert, com especificação de categoria docente, regime de trabalho, unidade e tempo de serviço. Rogério Meneghini se comprometeu em encaminhar à Adusp os dados até o final deste mês.

Segundo ele, não foi possível responder o ofício num prazo menor em função do volume de informações solicitadas.

Rogério Meneghini admitiu, também, que a Cert errou ao afastar a professora Elizabeth B. Pinto (MS-2) do Departamento de Psicologia, do Instituto de Psicologia. Segundo ele, a Cert reavaliou sua decisão e o problema já foi sanado. O Informativo Adusp, edição de maio, trouxe matéria mostrando que a professora Elizabeth foi desligada da USP sob a alegação de que ela não tinha contribuído para a formação de alunos em nível de pós-graduação. Ocorre que a professora é mestre e, portanto, não vinculada à pós-graduação.